CARTA ABERTA

Aos membros do Conselho de Governança do movimento “Todos pela Educação”

A/C Sr. Jorge Gerdau Johannpeter, presidente do conselho de Governança do movimento “Todos pela Educação”

Caros Srs.,
Caras Sras.,

Diante da realização do **Congresso Internacional “Educação: uma Agenda Urgente”**, empreendido pelo movimento “Todos pela Educação” (TPE), em parceria com instituições nacionais e internacionais, as entidades e movimentos signatários desta Carta expressam preocupação com os objetivos do evento.

Ao participarem das atividades preparatórias ao referido Congresso, algumas entidades e movimentos que elaboraram esta comunicação avaliaram que, no curso desses encontros precedentes, ocorridos entre junho e agosto deste ano, foi manifestada e reiterada por dirigentes do TPE a necessidade de construção de uma agenda para a educação brasileira, a ser afirmada em um novo pacto social por políticas públicas educacionais.

Conforme textos disponíveis no *site* do movimento “Todos pela Educação”, o supracitado Congresso Internacional pretende envolver os “líderes brasileiros das áreas educacional, acadêmica e de gestão” para realizar um “debate de questões” capazes de acelerar “os resultados, principalmente de aprendizagem, da Educação Básica no País”. Em algumas atividades preparatórias, ou em manifestações públicas de dirigentes do TPE, ainda ficou explicitado o anseio por influenciar o debate em torno do PL 8035/2010, que trata do novo Plano Nacional de Educação.

Toda iniciativa interessada em colocar a agenda educacional em evidência é louvável.

Contudo, compreendemos que algumas referências precisam balizar os debates sobre o tema, pois afirmam determinações constitucionais e refletem processos engendrados nas ações para a consolidação da democracia brasileira.

Em oposição a qualquer tentativa de negação dos avanços já conquistados até aqui, as entidades signatárias desta Carta consideram que os desafios da educação brasileira estão fundamentalmente inscritos no Capítulo III da Constituição Federal de 1988, que, em sua Seção I, trata da Educação.

Ao considerar a Educação como o primeiro dos direitos sociais (Art. 6), a Carta Magna determina, no Art. 205, que ela deve visar ao "pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho", determinando a missão e o escopo da qualidade na educação.

No início de abril de 2011, em uma inédita e democrática interação crítica entre a sociedade civil e o Estado, foi concluído o processo de construção da "I Conae" (Conferência Nacional de Educação). Abrangente, o Documento Final do evento realizado em Brasília foi capaz de propor as medidas administrativas e legais necessárias para a plena consagração do direito à educação, em termos de acesso, permanência e qualidade, com a inequívoca preocupação constitucional de promoção da equidade e da justiça social.

A Conae mobilizou mais de 4 (quatro) milhões de brasileiros e brasileiras, e teve em sua comissão organizadora representantes do Estado (gestores públicos do Governo Federal, dos estados, Distrito Federal e dos Municípios, além de representantes do Congresso Nacional, magistrados e promotores), de trabalhadores em educação dos setores público e privado, estudantes, pais, conselheiros (nacionais, estaduais, distritais e municipais), movimentos sociais, pesquisadores e sociedades acadêmico-científicas, empresários da educação, representantes das confederações empresariais e do próprio movimento "Todos pela Educação". Compreendemos que, por essa razão, a Conae constituiu-se em espaço legítimo para a determinação dos pactos educacionais, permitindo, por meio de seu Documento Final, indicar a agenda oficial da educação brasileira.

Distante de ser apenas um evento, a Conferência Nacional de Educação deliberou pela criação do Fórum Nacional de Educação (FNE) – espaço formalmente instituído por meio de portaria do Ministério da Educação –, que, além de ser o guardião das deliberações da Conae, será o responsável pela organização das próximas edições da conferência. Sendo um espaço de

encontro entre a sociedade civil e o Estado – em suas diferentes esferas –, é o FNE o espaço mais legítimo para serem discutidos os meios de implementação da agenda educacional brasileira.

Estimulado pelo clima e baseado nas deliberações da Conae, um grupo de entidades, do qual o “Todos pela Educação” também fez parte, redigiu e entregou aos candidatos das eleições gerais de 2010 – inclusive à atual presidenta Dilma Rousseff – a “Carta-compromisso pela garantia do direito à educação de qualidade”.

Sintetizando o Documento Final da Conae, quatro grandes desafios foram determinados como prioridades no esforço para a consagração do direito à educação no Brasil, que devem ser assumidos como agenda fundamental para os então postulantes a cargos nos poderes executivo e legislativo dos níveis federal e estadual. São eles:

1. **Ampliar o financiamento da educação pública**, com destinação de 10% do PIB para a educação, maior participação da União na destinação de recursos para o setor e instituição do mecanismo do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi);

2. **Valorizar os profissionais da educação**, por meio da implementação imediata e irrestrita do piso salarial nacional profissional e de diretrizes efetivas de carreira;

3. **Promover a gestão democrática do ensino**, tornando os gestores da educação os gestores dos recursos da área, aprimorando os mecanismos de transparência e controle social, promovendo a participação nas escolas e instituindo os fóruns estaduais e municipais de educação, além do fortalecimento do FNE;

4. **Aperfeiçoar as políticas de avaliação e regulação**, abrangendo os setores público e privado e aperfeiçoando os sistemas de avaliação.

Como o Brasil ainda não foi bem-sucedido na implementação de políticas públicas capazes de fazer cumprir os ditames constitucionais e considerando que a Conae aponta os caminhos mais evidentes para superação dessa situação histórica, as entidades signatárias desta Carta

solicitam que os debates do Congresso Internacional organizado pelo movimento “Todos pela Educação” tomem como referência o Documento Final da Conae, sintetizado pela referida Carta-compromisso, no sentido de que ele expressa a mais legítima e urgente agenda da educação brasileira, historicamente negligenciada.

As entidades e movimentos signatários desta Carta Aberta compreendem que é imprescindível perseguir os desafios já identificados nesses dois documentos, evitando a busca de atalhos e demonstrando a coragem de trilhar os caminhos mais promissores e justos, porém mais longos, em um exemplo equivalente à luta do povo brasileiro para buscar a estabilidade econômica e superar as desigualdades sociais. Inclusive, por uma questão de eficiência, também consideram ser imprescindível o investimento em fóruns e espaços legítimos e já criados, impedindo a dispersão de energia e evitando a ineficaz sobreposição de iniciativas.

Diante do exposto até aqui, solicitamos também uma nova e formal manifestação do movimento “Todos pela Educação” em defesa dos pontos inscritos na supracitada Carta-compromisso, lançada há apenas um ano, em 31 de agosto de 2010, no auditório do Conselho Nacional de Educação. Diante da tramitação do PL 8035/2010, especialmente, pedimos o apoio às emendas que solicitam que o próximo PNE determine uma meta de 10% do PIB de investimento público direto em educação pública.

Caso aceite solidariamente os apontamentos desta Carta Aberta, a mobilização empresarial – que lidera o movimento “Todos pela Educação” – poderá ser uma importante aliada para o Brasil romper com o baixo investimento em políticas públicas educacionais. Será também decisivo para o país iniciar um novo ciclo social, no qual a educação pública deverá ser tratada como um direito de todos e todas, essencial para a consolidação de uma sociedade economicamente justa e politicamente democrática. Consequentemente, a educação pública universal e de qualidade, nos termos afirmados pelo Art. 205 da Constituição Federal de 1988, será um fator determinante para a inserção competitiva do Brasil, sempre em solidariedade com a comunidade latino-americana, tal como assevera o parágrafo único do Art 4º da Carta Magna.

Certos da compreensão, aguardamos resposta.

Abrapec (Associação Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências)

Ação Educativa - Assessoria, Pesquisa e Informação

ActionAid Brasil

ALB (Associação de Leitura do Brasil)

Anfope (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação)

Anpae (Associação Nacional de Política e Administração da Educação)

Anped (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação)

Anpg (Associação Nacional de Pós-Graduandos)

BIOgraph (Associação Brasileira de Pesquisa Autobiográfica)
Campanha Nacional pelo Direito à Educação

CCLF (Centro de Cultura Luiz Freire)

Cedeca-CE (Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará)

Cedes (Centro de Estudos Educação e Sociedade)

CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação)

Comitê da Área de Educação do Conselho Nacional de Pesquisa (CA-Ed/CNPq)

Contee (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino)

Cut (Central Única dos Trabalhadores)

Flacso – Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais do Brasil

Fasubra (Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras)

Forumdir (Fórum Nacional de Diretores de Faculdades, Centros de Educação ou Equivalentes das Universidades Públicas Brasileiras)

Gestrado (Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente)

LPP/UERJ (Laboratório de Políticas Públicas da Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Mieib (Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil)

MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra)

NEPEI (Núcleo de Estudos sobre Infância e Educação Infantil)

PROIFES (Fórum de Professores das Instituições Federais de Ensino Superior)

Rede Estrado (Rede Latino-americana de Estudos Sobre Trabalho Docente)

SBHE (Sociedade Brasileira de História da Educação)

SBQ (Divisão de Ensino da Sociedade Brasileira de Química)

Ubes (União Nacional dos Estudantes Secundaristas)

Undime (União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação)

Uncme (União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação)

UNE (União Nacional dos Estudantes)